

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

Revista Portuguesa de História

TOMO XVII

HOMENAGEM AO DOUTOR TORQUATO DE SOUSA SOARES

II



COIMBRA/1977

resultados parcelares não podem ser generalizados, são contudo absolutamente necessários e terão de ser tidos em conta na sua diversidade quando se pretender abarcar a realidade global. O recurso à quantificação demonstra, mais que a adopção de uma nova linguagem e o aproveitamento de técnicas de análise de incontestável utilidade, uma atitude básica perante a realidade histórica, não só pela prioridade concedida aos fenómenos repetíveis do quotidiano vivencial, mas sobretudo porque tal realidade é encarada no seu devir estruturado e coerente, formada por componentes inter-relacionadas e mutuamente explicativas. Mas a preocupação de profundidade analítica, não deixou esquecer a exigência da construção de modelos teóricos e quadros compreensivos da realidade, que as ciências humanas podem fornecer e de que a História se servirá, segundo a regra enunciada por Van der Wee: «adopt, adapt, improve». Não se pode, em boa verdade, subestimar este contributo, embora seja necessário adaptá-lo e aperfeiçoá-lo. É este esforço de aperfeiçoamento, a tentativa de superação do que já foi feito, tendo como ponto de partida as realizações válidas do passado mais ou menos recente, que constitui um dos méritos principais da publicação que acabámos de manusear e cuja leitura se nos afigura de indubitável utilidade.

FERNANDO TAVEIRA DA FONSECA

SEGISMUNDO SPINA — *Introdução à Edótica (Crítica textual)*. São Paulo, 1977. Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo. 153 pp.

É o próprio A. que, nas primeiras linhas do prefácio deste livro, nos informa das características do mesmo : «Este trabalho, como quase todos os de nossa autoria, nasceu de cursos ministrados na Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo, entre os anos de 1972 e 1975. O estilo e as intenções didácticas são nele, portanto, marcas evidentes e indeléveis». E, mais adiante, acrescenta: «Não podemos negar, entretanto, o carácter especial de que se reveste o presente manual, voltado preferentemente para os problemas da Edótica Medieval» que, segundo o A., é uma ciência que tem por fim a apuração do texto

literário genuíno. Assim, fica advertido o leitor, através do prefácio, do meio, causas e objectivos que geraram a obra e do que dela se deve esperar.

O conteúdo do livro distribui-se concretamente por duas partes. A primeira, que o A. considera «Introdução», consta de quatro capítulos: cap. I — Conceituações prévias; cap. II — A Codicologia; cap. III — Apontamentos Paleográficos ; cap. IV — Apontamentos Diplomáticos. A segunda parte, genericamente intitulada «A Edótica», possui três capítulos: cap. I — A Edótica; cap. II — O Texto; cap. III — A Edição crítica. As últimas páginas são dedicadas a uma pequena lista bibliográfica. De referir, a existência ao longo do livro de vinte e três gravuras com sumário a anteceder o prefácio. Todos os capítulos, quer da primeira, quer da segunda parte, estão divididos em inúmeras alíneas cujos títulos seria fastidioso mencionar. Contudo, centraremos a nossa atenção, essencialmente, nalguns capítulos da primeira parte, devido à nossa preparação científico-pedagógica.

Teçamos algumas considerações acerca dos conceitos de Paleografia e Diplomática que o A. apresenta. «Voltada para o estudo do documento, o campo da Diplomática é, entretanto, muito mais amplo do que o da Paleografia. Tem esta como objecto apenas o estudo da escritura dos documentos e sua interpretação; ao passo que a Diplomática consiste no estudo de todos os caracteres externos do documento — a matéria escriptória, os instrumentos gráficos, as tintas, os selos, as bulas, os timbres, inclusive a letra, a linguagem, as fórmulas —, isto é, uma crítica formal dos documentos, visando com isso a determinar o grau de autenticidade dos mesmos».

Primeiramente, deve-se salientar o carácter altamente polémico e subjectivo que continua a minar estes conceitos. O que nos surpreende, não é tanto a posição do A., com a qual não concordamos, mas a forma de ele a apresentar, isto é, não refere que se trata de uma posição meramente pessoal que, atrever-nos-íamos a dizer, não contará com muitos sequazes.

Na verdade, não podemos estar de acordo quando o A. apresenta a Paleografia, não como uma ciência autónoma, mas como uma «técnica» de decifrar caracteres gráfico-literais antigos (pp. 18 e 20). Este juízo — para muitos retrógrado (!) — resulta, parece-nos, da confusão que

C¹) Eduardo Alexandre Borges Nunes — *O novo conceito de Paleografia*. sep. da Rev. «Portugaliae Historica», vol. I, Lisboa, 1973.

reside no conceito de Diplomática que o A. perfilha e que já transcrevemos.

Para nós, Diplomática é o estudo crítico dos documentos e, para a realização desta crítica, que deve ser externa e interna, é necessário todo um conjunto de conhecimentos que não pertencem ao campo privativo desta ciência, mas sim, entre outras, ao da Paleografia.

Consideramos igualmente bastante subjectiva e limitada a definição que o A. dá de Codicologia. O leitor que não conheça o objecto desta jovem ciência — entre nós a dar os primeiros passos — não fica decerto verdadeiramente elucidado, tanto mais que as lacunas existentes não são preenchidas com bibliografia adequada.

No capítulo III, alínea CJ, com o título «A abreviatura», podemos ler: «A chave da interpretação paleográfica dos documentos medievais reside porém no conhecimento das abreviaturas, cuja profusão se explica em razão da raridade e conseqüentemente do custo elevado do material da escrita». Estamos perante mais um assunto deveras controverso: as causas da Braquigrafia Medieval. O A. é preemptório. Aforro de espaço, isto é, necessidade de economizar matéria-prima é a justificação para tal prática. Simplista, esta teoria, é tão só, uma das muitas hipóteses — e nem a mais convincente, pois, individualmente, nada explica — que os estudiosos apresentam para explicar o uso de abreviaturas na época medieval. Lembremos a título de exemplo as causas psicológicas que, para Floriano Cumbrefio ⁽²⁾ são as únicas responsáveis pela Braquigrafia Medieval; os «nomina sacra», teoria defendida pelo autor alemão Ludwig Traube ⁽³⁾; o aforro de tempo ⁽⁴⁾. Enfim, assunto apaixonante que está bem longe de ser totalmente explicado e de constituir monopólio da Idade Média...

Consciencializado da necessidade que existe em os autores se guiarem por princípios uniformes — tanto quanto possível — de transcrição e publicação de documentos, o A., na segunda parte do livro (caps. II e III) estabelece normas gerais para a transcrição e publicação de documentos de carácter literário.

⁽²⁾ *Paleografia e Diplomática españolas*, Oviedo, 1946.

⁽³⁾ «Nomina Sacra», in *Quellen and Untersuchungen zur lateinischen Philologie des Mittelalters*, t. II, Munich, 1907, precisado por «Lehre und Geschichte der Abkürzungen» (comunicação feita na Academia das Ciências de Munique, a 4 de Fevereiro de 1899), in *Vorlesungen und Abhandlungen*, t. I: *Zur Paläographie und Handschriftenkunde*, Munich, 1909, pp. 131-156.

⁽⁴⁾ Jacques Stiennon — *Paléographie du Moyen Age*, Paris, 1973.

Efectivamente, os estudiosos são concordes em reconhecer a impossibilidade dum critério universal para a edição crítica, naturalmente, por razões que nos dispensamos, aqui, de indicar. Mas, também unánimemente têm pugnado para, pelo menos, ver estabelecido um conjunto de normas genéricas que devam ser sempre observadas na edição crítica de um texto, qualquer que seja a temática e o âmbito cronológico a que pertença. Os esforços de estudiosos e organismos empenhados nesta dura tarefa não têm cessado ⁽⁵⁾.

Assim, o critério de Segismundo Spina quanto à edição crítica de textos literários medievais, modernos e contemporâneos portugueses e brasileiros pode e deve funcionar, quanto a nós, como uma proposta válida para a almejada uniformização de critérios neste campo, tanto mais que está na sequência de uma ideia que partilhamos, isto é, obstar a que permaneça para sempre a pluralidade de critérios já existente.

Para concluir, uma breve referência à lista bibliográfica, para nós, bastante lacunar. Facto tanto mais grave, quanto as características, eminentemente didácticas, da obra exigiam uma substancial notícia de trabalhos relacionados com o assunto do livro.

A título de exemplo, apontamos a ausência de conceituadas obras de autores espanhóis, franceses e italianos ⁽⁶⁾.

⁽⁵⁾ Nesta linha, devemos lembrar a realização em Barcelona de 2 a 5 de Outubro de 1974 do *Colloque Technique sur la Normalisation Internationale des Méthodes de Publication des Documents Latins du Moyen Age* onde a *Commission Internationale de Diplomatique* votou princípios gerais.

Avelino de Jesus da Costa (*Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, sep. das *Actas do V Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses*, Braga, 1977, p. 8) afirma: «As normas propostas em Barcelona foram posteriormente examinadas por organismos científicos de diversos países e objecto de cuidadoso estudo por parte de uma Comissão *ad hoc*, nomeada pelo Comité des *Travaux Historiques et Scientifiques* da França, que lhes introduziu alguns retoques. Depois de aprovadas pela *Section de Philologie et d'Histoire du Comité des Travaux Historiques et Philologiques*, estas normas foram objecto de um relatório apresentado pelo Prof. Robert-Henri Bautier ao *V^e Congrès International de Diplomatique*, reunido em Paris de 12 a 16 de Setembro deste ano, para voltarem a ser estudadas com vista à sua próxima adopção no campo internacional». Saliente-se que este mesmo trabalho é um valioso contributo para tal matéria.

⁽⁶⁾ Floriano Cumbreño — *ob. cit.*; Zacarias Garcia Villada — *Paleografía Española*, Madrid, 1923; Jacques Stiennon — *ob. cit.*; Maurice Prou — *Manuel de Paléographie Latine et Française*, Paris, 1924; Alphonse Dain — *Les manuscrits*,

No caso português, estranhámos não serem mencionados trabalhos de alguns dos nossos melhores especialistas quer em aspectos teóricos quer em edições críticas (7).

Num balanço remate, é de realçar o esforço do A. no sentido de fornecer aos estudiosos um manual acessível desta ciência e, portanto, dos conhecimentos que lhe são necessários. Contudo, a obra afigura-se-nos, nesta parte, ter ficado no seu conjunto com certas lacunas e imprecisões, que nem mesmo uma desenvolvida bibliografia veio complementar.

MARIA JOSÉ AZEVEDO SANTOS

Paris, 1975; Giulio Battelli — *Lezioni di Paleografia*, Cidade do Vaticano, 1949; Giorgio Cencetti — *Compendio di Paleografia Latina*, Nápoles, 1968.

(7) Avelino de Jesus da Costa — *O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, 2 vols., Coimbra, 1959-1960; *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, Braga, 1965, além de vários artigos no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, 6 vols., Lisboa, 1975, e na *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, 18 vols., Lisboa, 1963-1976. Rui Pinto de Azevedo — *Observações de Diplomática*, sep. da «Revista Portuguesa de História», t. XII, Coimbra, 1969; *Documentos Medievais Portugueses*, publicados pela Academia Portuguesa da História: *Documentos Particulares*, vol. III, A. D. 1101-1115, organizado e prefaciado pelo mesmo autor, Lisboa, 1940; *Documentos Régios*, vol. I, Documentos dos Condes Portugaleses e de D. Afonso Henriques, A. D. 1095-1118, 2 tomos, com texto e notas ainda do mesmo autor, Lisboa, 1958 e 1962. José Galdes Freire — *A versão latina por Pascásio de Dume dos Apothegmata Patrum*, Coimbra, 2 vols., 1971. Isaias da Rosa Pereira — *A «Peda» em manuscritos universitários — Estudo de três códices alcobacenses dos séculos XIII e XIV*, «Anais da Academia Portuguesa da História», 2.ª série, 22, 1973. Alexandre Borges Nunes — *Art. cit.* E já posterior à edição do A., referimos, Aires Augusto Nascimento — *Livro de Arautos. De ministerio Armorum*, script, anno MCCCXVI, J. Rylands Lybrary (Manchester), Lisboa, 1977.